



Africa GreenCo – Visão Geral

Synopsis

A Africa GreenCo (“AGC”) propõe interpor uma contraparte solvente entre compradores e vendedores em múltiplos projetos energéticos independentes (“IPPs”) na África Subsaariana (“SSA”). Um agregador intermediário entre compradores e vendedores pode ajudar a atrair investimentos sustentáveis no setor energético através da força de um modelo com múltiplos compradores.

Em comparação com as práticas atuais de mercado, a intervenção da AGC vai:

- ⊗ reduzir o risco e os custos projetados de desenvolvimento para todos os interessados;
- ⊗ lidar com as ineficiências causadas pelo modelo “um comprador, um vendedor”;
- ⊗ reduzir a carga fiscal para os governos-sede; e
- ⊗ catalisar os investimentos em crédito e capital próprio do setor privado

A AGC atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7, que tem como meta reduzir o déficit de acesso à energia e “garantir acesso a uma energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos” através de uma combinação de ações nacionais e cooperações internacionais. A AGC pode agir como uma ferramenta de implementação para iniciativas-chave regionais, tais como o New Deal on Energy for Africa (New Deal em Energia para a África), do Banco Africano de Desenvolvimento, e a Africa Renewable Energy Initiative (Iniciativa de Energia Renovável para a África).

No longo prazo, à medida em que a AGC conseguir atrair mais investimentos privados para o setor, a custos mais baixos, e auxiliar na transição para tarifas que reflitam o custo e, finalmente, solvência nos serviços de utilidade pública, a AGC vai se tornar redundante no seu papel de intermediária solvente. Quando isso acontecer, a AGC vai realizar a transição para se tornar um dos muitos negociantes nos mercados energéticos africanos que ela ajuda a desenvolver. Portanto, no contexto da África Austral, a intervenção proposta da AGC no mercado se encaixa perfeitamente na estrutura de IPP sendo desenvolvida e implementada pela RERA, a Regional Energy Regulators Association of Southern Africa (Associação Regional de Reguladores de Energia África Austral), que objetiva implementar o ambiente regulatório necessário para um mercado regional de negociação de energia aberto e ativo.

Contexto do Mercado

IPPs Bilaterais	Com a exceção de alguns poucos projetos transfronteiriços, os IPPs dentro da SSA estão atualmente estruturados em base bilateral; isto é, um comprador e um vendedor.
Reabilitação dos serviços de utilidade pública	Os serviços de utilidade africanos são normalmente mal custeados – gerando déficit operacional devido às tarifas que não refletem os custos, altas sobrecargas e necessidade de investimentos substanciais. Na maioria dos casos, são inteiramente estatais e dependentes de transferências orçamentárias, e tudo isso contribui para um perfil de crédito ruim. Medidas essenciais para reabilitar esses serviços estão a caminho, mas melhorias materiais e sustentáveis só podem acontecer no médio e longo prazos.
Execução de transações extensa e cara	Com exceções notáveis como o REIPP sul-africano, o GET FiT Uganda e o Scaling Solar Zambia, os IPPs são normalmente negociados ad hoc na base projeto-a-projeto. Negociações de documentos dos projetos em IPPs individuais são normalmente muito extensas e normalmente demoram pelo menos alguns anos. Custos de desenvolvimento “de risco” significativos surgidos durante essas negociações são acrescentados aos custos totais do projeto e exigem um alto retorno para refletir o perfil de risco associado.
Disponibilidade, sustentabilidade e efetividade limitadas dos instrumentos de redução de riscos de terceiros	Os mitigadores de risco, tais como instrumentos de suporte à liquidez, regimes de compra para rescisão antecipada, e garantias parciais de risco são complicadas e difíceis de negociar projeto-a-projeto. Mesmo assim, não reduzem inteiramente o risco percebido de investir em bens imóveis para vender uma commodity (eletricidade) a longo prazo para um único comprador, quase sempre insolvente. Também são pesadamente dependentes de capital de concessão e apoio de Instituições Financeiras de Desenvolvimento.
Peso fiscal para o Governo-sede	Espera-se que os governos-sede assumam contingenciabilidades na forma de acordos de opções de compra sobre rescisões antecipadas, ou garantias soberanas mais explícitas. Dada a posição fiscal atual e o ambiente macroeconômico do médio prazo para a maioria dos Governos, isso é insustentável.

Estratégia

A AGC ataca de frente as questões principais: (a) solvência do tomador, e (b) as ineficiências de uma compra e venda bilateral exclusiva entre uma única empresa de geração e um único tomador.

¹O conceito da AGC foi incluído na seção de recomendações do Relatório do Comitê Financeiro da SE4All, apresentado aos Chefes de Estado africanos em Adis Abeba em 13 de julho de 2015 na Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento.

A AGC vai realizar dois papéis complementares e sinérgicos nos mercados energéticos africanos:



A primeira medida conceitual é interpor a AGC entre o comprador e o vendedor sob uma estrutura de IPP bilateral existente; em seguida repetir essa operação em diversos IPPs para que:

- ⊗ A AGC seja a compradora para múltiplas empresas de geração; e
- ⊗ A AGC seja a vendedora para múltiplos tomadores.

A partir dessa posição, a AGC será capaz de:

- ⊗ catalisar fluxos de capital particular de terceiros para IPPs através do aprimoramento do perfil de risco de projetos na região;
- ⊗ reduzir a tarifa energética exigida pelos IPPs para um projeto ser financeiramente viável através da redução dos custos de crédito e exigências de retorno do investidor para refletir um perfil de risco mais baixo;
- ⊗ proporcionar um caminho para o mercado para qualquer excedente de energia contratada, mitigando a obrigação do tomador de pagar por toda a capacidade ou taxas de "energia considerada" para cargas energéticas que ele não necessita; e
- ⊗ redirecionar a energia de um tomador inadimplente em um IPP para outros compradores interessados, reduzindo portanto a probabilidade de rescisão antecipada de um acordo de compra de energia de um IPP, e a cristalização resultante das responsabilidades legais contingentes de um governo-sede.

De maneira mais ampla, a AGC vai:

- ⊗ ser fundamentalmente mais equipada do que uma única empresa de geração para mitigar os efeitos de um tomador insolvente ou inadimplente;
- ⊗ agir também como um negociador energético, aumentando portanto a liquidez e a escala do comércio energético regional;
- ⊗ auxiliar no desenvolvimento de grupos energéticos;
- ⊗ apoiar e promover a padronização regional de documentações de projeto em IPPs; e
- ⊗ auxiliar no desenvolvimento de mercados de energia justos e padronizados nos países em que a AGC opera.

A AGC vai agir como tomadora intermediária somente, e não vai administrar a transmissão física e a distribuição de energia. Não vai ser dona da infraestrutura da rede ou tentar substituir serviços existentes. Em vez de substituir estruturas existentes, a AGC vai complementá-las, e pode agir também como uma ponte para uma futura liberalização do mercado regional e integração do comércio de energia.

A AGC tem como objetivo aprender a partir das dinâmicas dos mercados de energia mais avançados e, onde possível, replicá-las; baseando-se em particular na experiência da Corporação de Comercialização de Energia da Índia (PTC India). A PTC India também foi construída com o objetivo de atuar como uma tomadora intermediária de mitigação de risco de crédito para geradores de energia regionais com financiamento privado. Durante esse processo, ela catalisou todo o mercado de negociação do setor energético regional indiano.

Princípios do modelo AGC

O conceito da AGC foi desenvolvido para seguir os seguintes princípios-chave do modelo:

- ⊗ Ser solvente legal e financeiramente
- ⊗ Ter propriedade e comando africanos
- ⊗ Ser financeiramente sustentável
- ⊗ Ser redimensionável
- ⊗ Facilitar o comércio e o investimento internacionais
- ⊗ Complementar e colaborar com iniciativas existentes
- ⊗ Beneficiar investidores, serviços e soberanos em IPPs
- ⊗ Catalisar o setor privado
- ⊗ Incorporar capital misto de fontes concessionais e comerciais

A AGC como tomadora e agregadora intermediária

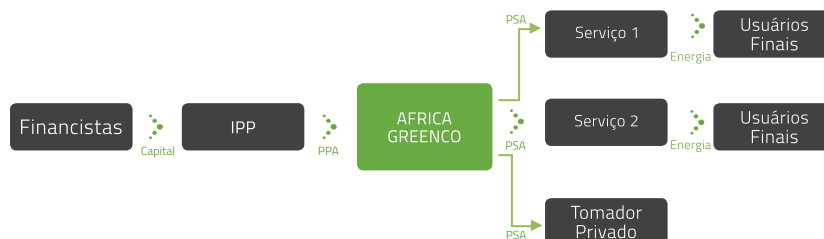
A seguir um exemplo de tomador único de serviços:



A AGC vai adquirir a capacidade e a energia a partir de um IPP sob um contrato de compra de energia ("PPA"), e vender essa capacidade e energia para o serviço de utilidade pública sob um contrato de fornecimento de energia ("PSA"). O PPA e o PSA serão baseados em termos Back-to-back; *exceto que*:

- ⤵ A AGC vai assumir o risco de crédito sobre os tomadores, para que no caso de inadimplência do tomador sob o PSA, a AGC tenha a capacidade contratual, regulatória e operacional de manter o PPA “de pé” assegurando compradores alternativos, seja numa base bilateral ou através de negociações de curto prazo, e possa empreender todos os esforços razoáveis para tanto;
- ⤵ A AGC vai receber uma pequena margem entre a tarifa paga no PPA e a tarifa recebida no PSA.

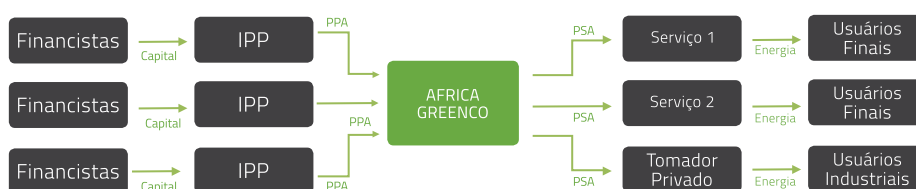
A seguir, um exemplo de um projeto mais complexo com múltiplos compradores, que pode ser adequado para IPPs maiores e/ou projetos transfronteiriços.



No cenário acima, a intervenção da AGC vai permitir que:

- ⤵ tomadores individuais se comprometam a comprar apenas uma parte da capacidade total do IPP; e
- ⤵ a AGC administre melhor os riscos complexos e a documentação exigida para estruturas com múltiplos tomadores.

Essa estrutura será repetida em múltiplos projetos, construindo um portfólio de IPPs de um lado e um portfólio de tomadores do outro. O efeito do portfólio vai diversificar o risco da AGC e permitir buscar energias ou tomadores alternativos (conforme o caso) no caso de inadimplência sob um PPA ou PSA.



A AGC como negociadora de energia

Além do seu papel como tomadora, a Africa GreenCo também vai participar dos mercados de energia competitivos, promovendo transações de energia internacionais e um mercado de energia de curto prazo mais dinâmico e mais líquido.



Impacto da AGC nas Empresas do Projeto

A AGC vai fornecer à empresa do projeto uma contraparte que (a) é solvente, (b) pode mitigar o risco transferindo energia para terceiros, e (c) pode diversificar o risco em diferentes projetos.

Espera-se que a intervenção da AGC:

- ⤵ reduza tanto os custos totais do projeto quanto o custo de capital:
 - reduzindo o custo de levar os projetos até o fechamento financeiro;
 - melhorando o perfil de risco de crédito dos projetos, e por sua vez:
 - reduzindo os obstáculos às taxas de retorno dos investidores em capital próprio;
 - reduzindo as taxas de juros e outros convênios, tais como taxas de cobertura de serviços de crédito sobre dívidas de projetos; e
 - aumentando os teores da dívida do projeto;
- ⤵ torne o investimento e o empréstimo para IPPs africanos (seja no começo ou durante um refinanciamento) atraente para um pool de capital maior do que está envolvido no mercado atualmente, em particular para fontes privadas de capital, aumentando o pool de capital disponível; e
- ⤵ permita um aprimoramento de crédito mais eficiente e efetivo, ao construir um portfólio de exposições de contrato que possa ser desvinculado ao risco e/ou ressegurado em grupo.

O impacto da AGC nos tomadores e governos-sede

A AGC vai:

- ⊗ reduzir os gastos financeiros e a utilização de recursos humanos incorridos pelos governos-sede e tomadores ao negociar e executar transações de IPP;
- ⊗ aumentar a capacidade instalada no sistema energético, facilitando um fornecimento de energia mais confiável para os usuários finais;
- ⊗ reduzir as tarifas de PPA (em novos IPPs) devido a custos de desenvolvimento de IPP e custo de capital mais baixos;
- ⊗ reduzir o custo médio da energia ao utilizar capacidade de geração que ficaria ociosa para geração e venda a terceiros, e compensando a receita recebida de terceiros (menos uma pequena margem) em face a taxas de energia considerada normalmente paga pelo tomador;
- ⊗ ajudar a substituir a energia de curto prazo de emergência por uma energia negociada entre fronteiras;
- ⊗ reduzir a carga fiscal dos governos-sede através da redução da probabilidade de obrigações de compra por rescisão antecipada ou garantias mais explícitas sendo cristalizadas para os governos sede, e, em certas eventualidades, reduzir o volume dessas obrigações;
- ⊗ reduzir as exigências de adequação de capital baseadas em risco em relação a empréstimos ao setor energético, criando capacidade de endividamento adicional, que pode ser usada para financiar melhorias no setor;
- ⊗ criar espaço fiscal e liberar recursos do tomador para focar na construção de capacidade institucional, melhorias e expansões de eficiência operacional e atualizações na infraestrutura de transmissão; e
- ⊗ facilitar a mudança para PPAs denominados em moeda local.

Impacto Regional da AGC

A AGC vai:

- ⊗ negociar energia ativamente nos mercados competitivos estabelecidos dentro dos grupos energéticos existentes (SAPP, WAPP, EAPP, etc), aumentando a liquidez e a eficiência;
- ⊗ ser capaz de desagregar o fornecimento contratual de energia do fluxo físico de elétrons;
- ⊗ trabalhar com grupos energéticos, estados-membro e serviços de utilidade pública para equilibrar superávits e déficits energéticos, e maximizar o uso eficiente de recursos naturais numa base regional;
- ⊗ apoiar os esforços para integrar planejamento, regulamentação do setor energético e investimento em infraestrutura nos estados-membro; e
- ⊗ ajudar a fortalecer o argumento financeiro e econômico em defesa de mais investimentos em transmissão regional, interconexão e gerenciamento de rede ao aumentar os volumes negociados.

Benefícios para projetos e investidores

Como um todo, o impacto potencial da AGC nos mercados energéticos é substancial. Cada dólar investido em um cenário com 33% de capital próprio gera um benefício de US\$ 5-6 adicionais, diretamente quantificáveis. O modelo operacional ajuda a liberar uma capacidade suficiente para conectar quase um milhão de residências à rede e evita o equivalente a 7 milhões de toneladas de carbono, enquanto gera mais de 20.000 novos empregos qualificados. A tabela abaixo fornece um detalhamento mais preciso desses impactos, com o valor total dividido por cada classe de investidor diferente. Em termos de capital do setor privado, o modelo prevê que a AGC será capaz de liberar US\$ 1,31 bilhão adicional em investimento em IPPs, uma estimativa conservadora, já que é baseada no capital privado incentivado através das atividades comerciais da AGC.

Impacto Por US\$ Investido na AGC até o ano 10			Total Impacto em US\$		Investimento		Responsabilidades Contingentes		Economia de tarifa		Coo mércio	Energia	Impactos Adicionais	
			Baixo	Alto	Total	Total	Baixas	Altas	Média	Alta	Total	Cap. Instalada	Geração de Energia	
					1,310	1,186	297	890	133	310	258	605	9,535,260	GW h
100% Equity	Investimento				US\$ m	US\$ m	US\$ m	US\$ m	US\$ m	US\$ m	US\$ m	MW		
Total	1,360	US\$ m	1.5	2.0	1.0	0.9	0.2	0.7	0.1	0.2	0.2	0.4	Energia negociada	
Doador	680	US\$ m	2.9	4.1	1.9	1.7	0.4	1.3	0.2	0.5	0.4	0.7	2,943,374	MWh
Gov. Africano	408	US\$ m	4.9	6.8	3.2	2.9	0.7	2.2	0.3	0.8	0.6	1.2		
Instituição/Privado	272	US\$ m	7.3	10.2	4.8	4.4	1.1	3.3	0.5	1.1	0.9	1.8	Acesso a Eletricidade	
50% Equity													970,000	Lares
Total	680	US\$ m	2.9	4.1	1.9	1.7	0.4	1.3	0.2	0.5	0.4	0.7		
Doador	340	US\$ m	5.9	8.1	3.9	3.5	0.9	2.6	0.4	0.9	0.8	1.4	Emissões carbono	
Gov. Africano	204	US\$ m	9.8	13.6	6.4	5.8	1.5	4.4	0.7	1.5	1.3	2.4	7,800,087	tCOe
Instituição/Privado	136	US\$ m	14.7	20.3	9.6	8.7	2.2	6.5	1.0	2.3	1.9	3.6		
33% Equity														
Total	449	US\$ m	4.4	6.2	2.9	2.6	0.7	2.0	0.3	0.7	0.6	1.1	Empregos CP	
Doador	224	US\$ m	8.9	12.3	5.8	5.3	1.3	4.0	0.6	1.4	1.1	2.2	22,655	Postos
Gov. Africano	135	US\$ m	14.8	20.6	9.7	8.8	2.2	6.6	1.0	2.3	1.9	3.6	Empregos CP	
Instituição/Privado	90	US\$ m	22.2	30.8	14.6	13.2	3.3	9.9	1.5	3.5	2.9	5.4	1,014	Postos

Impacto Ambiental, Empregatício, Social e Econômico

A AGC vai:

- ⊗ evitar emissões de 9,3 milhões de tCO₂e em 10 anos e de mais de 70 milhões de emissões de tCO₂e ao longo da duração dos PPAs;
- ⊗ ajudar a criar mais de 22.000 empregos temporários na fabricação, construção e instalação ao longo dos primeiros dez anos de operações e mais de 1.000 empregos de longo prazo em O&M até o ano 10;
- ⊗ criar empregos adicionais como consequência do acesso a uma energia mais confiável e de economias relativas à energia de emergência com um impacto especial em empresas pequenas e médias, tais como cooperativas de mulheres;
- ⊗ melhorar o acesso a serviços básicos, como saúde e educação através de um melhor acesso à eletricidade;
- ⊗ estimular o desenvolvimento socioeconômico, incluindo a redução de taxas de mortalidade infantil e materna, melhora na alfabetização e facilitação de atividades e treinamentos comunitários; e
- ⊗ ajudar a evitar o impacto econômico de faltas de energia que podem chegar a 4% do PIB e resultar num prejuízo ao crescimento econômico de 2%.

Estratégia Operacional

A estratégia operacional da AGC cria quatro fontes de renda potenciais para a AGC:

⊗	Venda de energia comprada através de contratos de longo prazo;
⊗	Venda de energia em negociações de curto prazo;
⊗	Renda de capital investido; e
⊗	Venda de créditos de carbono.

As duas atividades centrais da AGC – atuação como tomadora em PPA e negociações de curto prazo – vão gerar rendas através de uma margem aplicada a cada unidade de energia comprada e vendida. Essa margem pode variar com base em detalhes dos projetos que a AGC apoia. Para seu papel como tomadora em PPA, vendendo energia para serviços e outros tomadores através de um PSA, a AGC objetiva selecionar uma margem que gere uma redução líquida no preço pago pela energia pelo serviço/tomador.

Para negociações de curto prazo, o modelo base da AGC parte de uma estimativa conservadora de um crescimento de 10% a.a. dos mercados Dia seguinte/Mesmo dia do SAPP e aplica uma parcela de mercado estimada para a AGC de 5% no ano 1, crescendo a 20% a partir do ano 4.

Requisitos de Financiamento da AGC

A AGC preparou um Estudo de Viabilidade detalhado (disponível para download em www.africagreenco.com). Na avaliação de como a AGC pode ser financiada para implementar o modelo operacional proposto, o Estudo de Viabilidade considera qual capital a AGC vai precisar para:

- ⊗ financiar os custos operacionais antes que o fluxo de caixa da AGC seja positivo;
- ⊗ ter liquidez suficiente para fazer parte de e cumprir negociações e contratos de compra/venda; e
- ⊗ ser avaliada como uma tomadora solvente.

A análise inclui uma simulação Monte Carlo da probabilidade de surgimento de inadimplências no portfólio da AGC e sugere que:

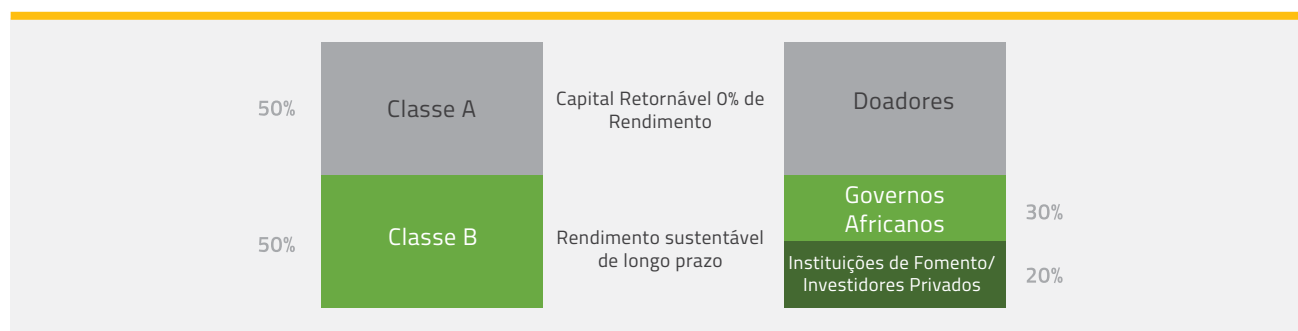
- ⊗ A base de capital próprio da AGC seja igual a 33% da sua exposição máxima (consistindo predominantemente de pagamentos de rescisão que possam surgir sob seus PPAs) para ser suficientemente solvente (grau de investimento);
- ⊗ a exposição remanescente possa ser descoberta ou coberta através de garantias e/ou seguro. A AGC está trabalhando com fornecedores de garantia e seguros em potencial, como ATI, MIGA e seguradoras comerciais para explorar meios de potencializar a parcela de capital próprio da AGC; e
- ⊗ a estrutura de capital saque fundos adicionais, conforme necessário, para proteger contra novas exposições criadas pelo crescimento e/ou recicle ganhos retidos para construir um balanço robusto.

A estrutura de capital próprio recomendada é um modelo fracionado, com classes de participação distintas para diferentes classes de investidor. As principais razões para isso são:

⊗	Promover a propriedade africana e o alinhamento político com a estratégia da AGC;
⊗	Retornar o capital para os investidores de diferentes maneiras;
⊗	Acomodar investidores doadores; e
⊗	Permettre aux investisseurs de contribuer au capital en utilisant différents instruments.

O tamanho e as condições de cada fração serão determinados pelo retorno dos investidores a respeito do apetite e da capacidade de investir capital. A estrutura capital provavelmente evoluirá com o tempo à medida que a estratégia da AGC seja comprovada e adaptada à realidade de fazer negócios in loco.

A estrutura com fracionamento simples proposta para a AGC é:



Essa estrutura cria uma divisão 50/50 entre o capital sem crescimento e o com rendimento – a proporção exata pode ser adaptada dependendo do que os investidores estão procurando em termos de retorno; se o feedback do mercado é que os investidores estão buscando rendimentos mais altos, a proporção de capital retornável pode ser aumentada (ou o preço e o volume da energia negociada terá que aumentar na mesma base capital). Se os investidores estão mais dispostos a assumir mais riscos e obter retornos menores, a estrutura de capital pode ser adaptada para conceder-lhes uma parte maior e reduzir a parcela de capital retornável dos doadores.

Propõe-se que o capital próprio fracionado venha de algumas ou todas as seguintes fontes:

- ⊕ governos africanos buscando participar para cumprir um papel direto na condução e propriedade do conceito da AGC;
- ⊕ provedores de capital concedido e subsídios de doadores/equivalentes buscando catalisar o investimento do setor privado no setor energético africano;
- ⊕ instituições de fomento ativas no mercado energético africano buscando promover soluções de mercado inovadoras para melhorar o ambiente para investimentos comerciais e mitigação de risco;
- ⊕ investidores de impacto e organizações filantrópicas (p.ex., fundações, ONGs) buscando contribuir para o impacto ambiental através de investimentos relativos à missão; e
- ⊕ capital comercial estratégico, investidores institucionais e investidores de capital de risco buscando taxas de retorno de mercado.

Partindo do princípio que a AGC (a) tem o valor de capital próprio de 33% da sua exposição com 50% desse capital composto de capital retornável sem juros e sem dividendos, e (b) cobra uma margem de 0,3 cent de dólar/kWh nas vendas de energia, o modelo mostra retornos concessionais de 2,8% do capital próprio remanescente e da proteção de capital; no entanto, o perfil de retorno e sustentabilidade financeira de longo prazo da AGC pode ser melhorado tanto pelo aumento da margem (observando a redução material de tarifa que se espera da AGC), ou por certas classes de investidores através de fracionamento.

O processo de definir margens deve ser transparente e operar em colaboração com os reguladores e serviços-chave, mas uma orientação razoável pode ser selecionar uma meta que seja capaz de atrair capital suficiente para a AGC (e futuros negociantes/intermediários ingressantes do mercado). A AGC tem mais chances de atrair capital suficiente (de um universo mais amplo de investidores) se a taxa de retorno interna é por exemplo 6%, contra 2,8%. Usando números ilustrativos e supondo uma base de capital próprio de 33%, os investidores podem aumentar as taxas de retorno para 6% aumentando a margem de PPA para 0,7 centavo de dólar/kWh ou mais. Isso seria comparável a outros investimentos de impacto e veículos de financiamento de desenvolvimento. Para obter retornos de 10% ou mais, a AGC precisaria cobrar margens de PPA de 1,2-1,5 centavo de dólar/kWh. A margem que a AGC pode cobrar também será um fator na redução das tarifas de PPA que a AGC pode obter.

Conclusão e Próximos Passos

Com base na análise contida no nosso Estudo de Viabilidade, a AGC representa um meio financeiramente viável de ajudar mais projetos a atingir a viabilidade financeira e trazer maiores volumes e novas fontes de capital aos mercados energéticos africanos. A AGC também pode ajudar a simplificar o envolvimento dos serviços africanos com IPPs, reduzir o tempo e o esforço exigidos para finalizar transações, aliviar o fardo de fornecer garantias soberanas e, nesse processo, ajudar a criar o espaço necessário para implementar medidas para atingir a solvência a longo prazo dos serviços africanos e melhorar os mercados de energia domésticos. No entanto, muitos detalhes concretos em termos de estrutura legal, governança, modelo operacional, capitalização e desempenho financeiro exigem retorno constante de investidores em potencial e defensores do conceito. A AGC obteve um impulso e um interesse significativos nas comunidades de desenvolvimento africana e mundial. Esse impulso pode exigir uma ação rápida para iniciar o conceito da AGC e é previsto que os negócios da AGC tenham que passar por testes em um pequeno número de países inicialmente para comprovar o modelo antes da implantação em toda a região e todo o continente.

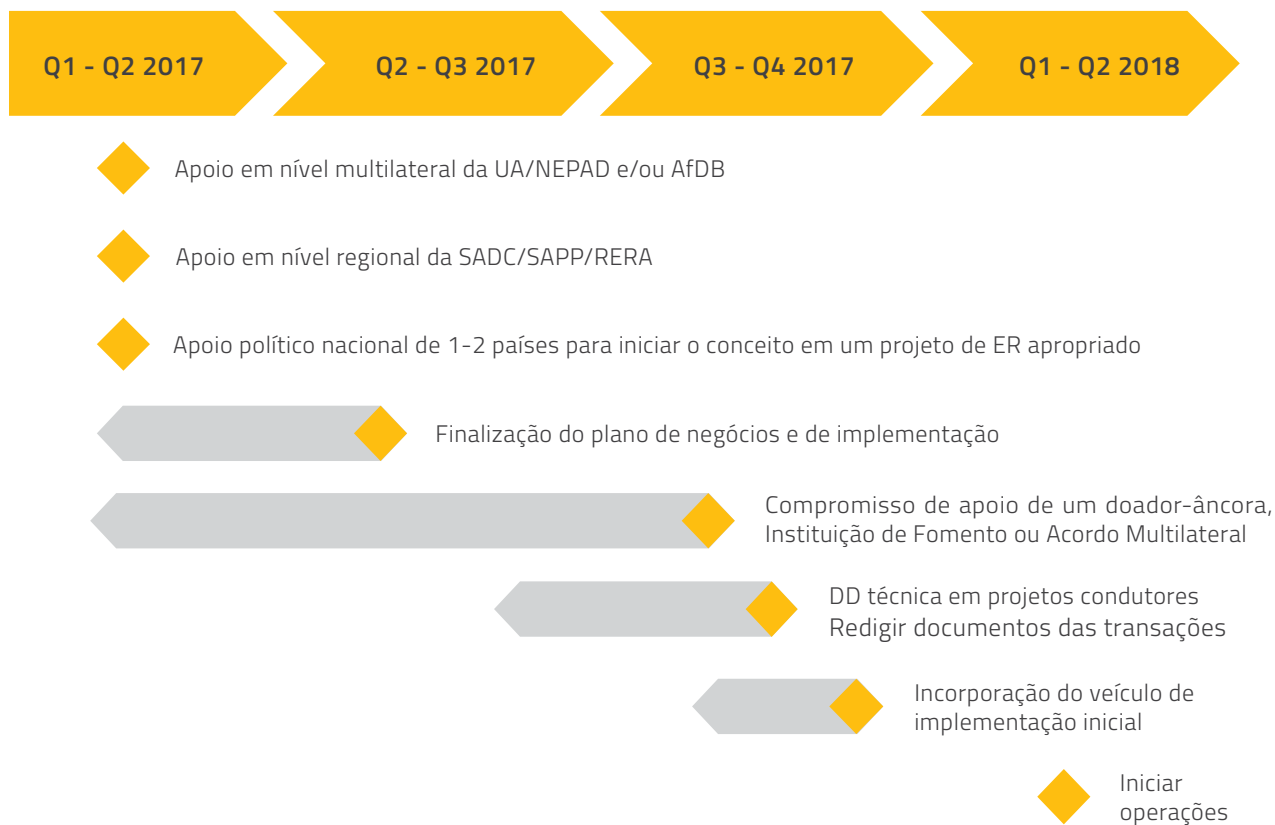
Vontade política e apoio por instituições africanas como a AfDB, a UA e entidades regionais relevantes (p.ex., SADC, SAPP e RERA no contexto do sul da África) devam acelerar significativamente o processo.

Além das atividades estratégicas exigidas para administrar e aumentar esse apoio político, a AGC também planeja refinar seu argumento empresarial, realizando a transição de uma avaliação de um Estudo de Viabilidade sobre o mérito do conceito para uma

abordagem mais detalhada e estruturada sobre como o conceito deve ser implementado. Os componentes-chave incluem:

- ⌚ completar a equipe da AGC para incluir competências adicionais para levar o conceito ao mercado;
- ⌚ criar as estruturas legais exigidas para executar o modelo operacional nas regiões-alvo da AGC;
- ⌚ finalizar as políticas e procedimentos operacionais, estruturas de governança e documentação de transações da AGC;
- ⌚ identificar projetos adequados para validação do conceito;
- ⌚ buscar afiliação na SAPP;
- ⌚ preparar um argumento empresarial e materiais adicionais de alcance ao investidor; e
- ⌚ refinar o conceito com um pequeno número de investidores-âncora e outros interessados.

Linha do tempo dos próximos passos da AGC:



Agradecimentos



O conceito da Africa GreenCo e nosso Estudo de Viabilidade são apresentados ao mercado somente devido ao patrocínio da equipe de Financiamentos Inovadores da Rockefeller Foundation. A equipe da Africa GreenCo é extremamente grata à Rockefeller Foundation por sua confiança, fé, e por nos permitir apresentar esse conceito ambicioso ao mercado. Um agradecimento especial a Saadia Madjesber, Mamadou Biteye e Adam Connaker por nos conduzir através de todas as etapas do caminho e por nos apoiar na inscrição para o subsídio.



A Africa GreenCo tem o apoio da RERA, por corresponder à Declaração de Resultado No 8 do Workshop Ministerial sobre Água e Energia da SADC, realizado em 20 de junho de 2016, e à Estrutura de Investimento para os projetos energéticos da SADC aprovado pelos Ministros da SADC responsáveis pela Energia em 21 de junho de 2016, ao lidar com alguns dos riscos que atualmente comprometem a confiança do desenvolvedor e do investidor/credor na confiabilidade das previsões de receita de longo prazo dos produtores independentes de energia. Nosso obrigado especial vai para Elijah C. Sichone, Secretário Executivo da RERA.



A SAPP apoia a Africa GreenCo, já que sua função prevista é complementar ao foco da SAPP de conduzir a agenda regional de promover a expansão da geração e transmissão de energia, o acesso universal e aumentar a penetração da geração de energia renovável até 2030. Nosso obrigado especial a Alison Chikova e Musara Beta.



A APUA – Association of Power Utilities of African [Associação de Serviços de Energia da África] apoia a Africa GreenCo como um meio de assegurar uma maior capacidade por um custo mais baixo e apoiar os serviços africanos na sua transição para a solvência. Com um agradecimento especial a Abel Tella, CEO da APUA.



A NEPAD apoia a Africa GreenCo como um catalisador para a integração regional e facilitador do comércio de energia internacional e harmonização das políticas de energia. Nosso obrigado especial a Ibrahim Mayaki, Mosad Elmissiry e Symerre Grey-Johnson.



A Convergence apoia a Africa GreenCo como uma maneira eficiente de misturar financiamentos do setor público e privado no apoio ao desenvolvimento do setor energético africano. Com agradecimento especial a Joan Larrea, Chris Clubb, Dean Segell e Trang Tran.



A Africa GreenCo teve a honra de ser convidada a apresentar o conceito em um evento paralelo sediado pela AfDB e pela Rockefeller Foundation na COP22 em Marrakesh em novembro de 2016, cujo resultado foi avançar a validação da capacidade da Africa GreenCo de ajudar a criar um mercado energético com liquidez. Nosso agradecimento especial a Said Mouline (Chefe de Parcerias Público-Privadas da COP22) e Iskander Erzini Vernoit (Gerente de Projeto para Parcerias Público-Privadas da COP22).



A Africa GreenCo como conceito foi incluída na seção de recomendações do Relatório do Comitê Financeiro da SEforALL apresentado aos Chefes de Estado da África em Adis Abeba em 13 de julho de 2015 na Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento. Um obrigado especial a Rachel Kyte e dois membros da sua equipe (Lori Kerr e Stacy Swann) por seu apoio e retorno inestimáveis para a redação do nosso Estudo de Viabilidade.



Um agradecimento especial ao Bloomberg New Energy Finance (em particular a Michael Liebreich, William Young e Lela Jgerenaia). Sem a sua competição FiRe o conceito da Africa GreenCo nunca teria nascido. A competição FiRe e o apoio incalculável de Michael, William e Lela encorajaram Ana Hajduka, a fundadora da Africa GreenCo, a ir em frente como o desenvolvimento do conceito.

Apoiadores, Revisores e Consultores do Conceito

A Africa GreenCo é extremamente grata ao apoio e retorno inestimáveis recebidos dos indivíduos listados abaixo nas suas devidas funções.

Abel Tella	CEO, Associação em Serviços de Energia da África
Abyd Karmali	Diretor Administrativo, Finanças Climáticas no Bank of America Merrill Lynch
Alan Apter	Diretor Financeiro, Eaglestone Advisory
Alex Rugamba	Diretor de Integração Regional, AfDB
Alexis Faury	Consultor Financeiro, Infraestrutura de Recursos e Energia, EC Energy Pte Ltd
Ana Corvalán	Diretora Administrativa, Eaglestone Advisory
Andrew Gray	Consultor Legal Sênior, Trinity International LLP
Andrew Reicher	Diretor, Berkley Energy Africa
Andy Herscowitz	Coordenador, Power Africa
Anne Baldock	ex-Chefe Global de Energia e Infraestrutura, Allen & Overy
Arnaud Dornel	Especialista-chefe, setor financeiro, Banco Mundial
Arthur Smith	Presidente, Conselho Nacional para PPPs (EUA)
Batchi Baldeh	Vice Presidente Sênior, Africa Finance Corporation
Brer Adams	Diretor Sênior, Global Infrastructure Hub
Brian Count	Diretor, Infracore Africa
Caitlin MacLean	Diretora, Finanças Inovadoras, Milken Institute
Callixte Kambanda	Especialista Chefe em Infraestrutura, Secretariado do Consórcio de Infraestrutura para a AfDB
Carlos Salle Alonso	Diretor de Políticas de Energia, Iberdrola Group
Changala Nswana	Diretor de Estratégia e Serviços Corporativos, ZESCO
Cheikh Bedda	Diretor de Infraestrutura e Energia, African Union Commission
Chris Antonopoulos	Diretor-Presidente, Lekela Advisors Ltd
Chris Knowles	Chefe da Divisão de Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, EIB
Conal Duffy	Vice Presidente, Mercados Emergentes, Allianz
Crispin Holliday	Diretor Comercial, Aldwych International
David Baxter	Desenvolvimento Internacional e Especialista e Facilitador de PPPs
David L. Massie	Diretor-Presidente, IAF Capital
David Munene Mwangi	ex-Diretor, KPLC
David Nelson	Diretor Executivo, Finanças da Energia, Climate Policy Initiative
Elijah C. Sichone	Secretário Executivo, Regional Electricity Regulators Association of Southern Africa
Eivind Fjeldstad	Diretor Administrativo, Norwegian African Business Association
Faruk Yusuf Yabo	Director Assistente, Departamento de Energias Renováveis e Acesso à Energia Rural, Ministério de Energia, Trabalho e Moradia da Nigéria
Felice Zaccheo	Chefe de Unidade, Energia Sustentável e Mudanças Climáticas, DG DEVCO, European Commission
Franklin Amoo	Sócio, Aristeia Global Advisors / Baylis Emerging Market
George Kotsovovs	Diretor: Finanças para Minas, Energia e Infraestrutura, Standard Bank
George Otieno	CEO da African Trade Insurance Agency
Georgios Pantoulis	Chefe de Setor – Energia, DG DEVCO, European Commission
Gurdeep Singh	Membro do Conselho e Diretor Administrativo, NPTC Ltd
Harald Hirschhofer	Conselheiro Sênior, The Currency Exchange Fund (TCX)
Helena McLeod	Chefe da KPMG (IDAS)
Ian Allison	Chefe Global de Resiliência Climática, Mott MacDonald
Isabel Rial	Economista Sênior, Divisão de Políticas de Gastos, Departamento de Assuntos Fiscais, FMI
James Bond	Conselheiro Sênior ao Diretor Executivo do Green Climate Fund e ex-COO da MIGA
Jan Martin Witte	Diretor, KfW Entwicklungsbank
Jean Madzongwe	Conselheira de Transações, SAPP Project Advisory Unit
Joao Duarte Cunha	Diretor Financeiro para o Clima, AfDB
Jocelyn Wessling	Consultora Independente

John Smelcer	Chefe de Energia e Infraestrutura, Webber Wentzel
Jonathan Berman	Diretor Administrativo, Fieldstone Africa
Jonathan First	Chefe de Finanças Sindicadas, DBSA
Josh Chifamba	CEO, ZESA Holdings e Conselheiro do Comitê Executivo da SAPP
Katherine Steel	Líder de Equipe do Setor de Energia, Power Africa
Kaniaru Wacieni	Directeur du développement commercial, Globeleq
Professor Kevin Urama	Consultor Sênior em Políticas Inclusivas e Crescimento Verde ao Presidente da AfDB
Lori Kerr	Sustainable Energy for All (SEforALL)
Lucy Heintz	Sócia, Actis
Lynn Campo Tabernacki	Vice Presidente Adjunta, SME Finance e Chefe de Energia Global, OPIC
Michael Feldner	Consultor Financeiro, Renewable Energy Project
Michael Liebreich	Membro do Conselho, Bloomberg New Energy Finance, e Membro do Alto Conselho, SEforALL
Michael Mulasikwanda	Chefe de Desenvolvimento Energético, Departamento de Energia, Zâmbia
Sir Malcolm Bruce	Deputado do Reino Unido e ex-chefe do Comitê de Desenvolvimento Internacional
Marcus Williams	Gerente Setorial e Chefe de Operações - Indústrias de Extração e Energia, MIGA
Mariana Sabates Cuadrado	Finanças Governamentais, Divisão de Estatística, FMI
Markus Faschina	Gerente Sênior de Projetos de Energia (Marrocos), KfW
Mohamedain Seif Elnasr	Diretor-Presidente ad.interim da Regional Association of Energy Regulators for Eastern and Southern Africa (RAERESA)
Mutale Mukuka	CFO, Copperbelt Energy Corporation Plc
Nchena Mothebe	Conselheiro do Comitê Administrativo, SAPP
Ntlai Mosiah	Chefe, Energia e Infraestrutura África do Sul, Cobertura ao Cliente, Standard Bank
Oscar Sibote Kalumiana	Diretor, Departamento de Energia, Zâmbia
Pankaj Gupta	Chefe Global, Garantias e Finanças de Projeto, Banco Mundial
Paolo Craviolatti	Energias Renováveis e Mudanças Climáticas, KPMG
Paul Maseli	Diretor e Representante UNIDO na ONU
Peter Coveliers	Chefe Adjunto de Divisão, Energia e Mudanças Climáticas, EIB
Philippe Niyongabo	African Union Commission
Philipe Valahu	Diretor-Presidente, The Private Infrastructure Development Group
Prakash D Hirani	Gerente Geral, NETRA NPTC Ltd
Rentia van Tonder	Chefe de Energia, Standard Bank
Robert Ashdown	Criador Sênior de Energia, Vice Presidente, Produtos e Mercados Globais, Swiss Re
Richard Temple	Chefe para África, McCarthy Tétrault
Roger Garman	Analista de Investimento, Sustainable Development Investment Partnership (SDIP), Fórum Econômico Mundial
Roman Zhukovskiy	Diretor Executivo Alternativo: EDS19, Banco Mundial
Rumundaka Wonodi	Conselheiro e Presidente, ZKJ Energy Partners Limited
Ryan Anderson	Chefe de serviços de consultoria em Energias Alternativas na Multiconsult/NORPLAN
Sakkie Leimecke	Chefe, Energy E&T Nedbank Corporate and Investment Banking
Sarah Lawan	Diretora Sênior de Programa, Agência de Planejamento e Coordenação, NEPAD
Simon Currie	Chefe Global de Energia, Norton Rose Fulbright LLP
Simon Hall	ex-Chefe de Finanças, Freshfields Bruckhaus Deringer LLP
Shiddika Mohamed	Diretora do grupo, EnergyNet
Sofia Sattarova	Sócia, Baker Botts LLP
Stacy Swann	Sustainable Energy for All
Steven Grin	Sócio-Gerente na Lateral Capital
Steve McCauley	Coach de Liderança Executiva
Taylor Ruggles	Conselheiro Regional de Energia para a África, Departamento de Estado dos EUA
Titus Chongo Mwandemena	Diretor Comercial, Copperbelt Energy Corporation Plc
Tom Heller	Chefe do Conselho e Consultor Estratégico Sênior, Climate Policy Initiative
Vibhuti Jain	Chefe de Soluções Financeiras, Power Africa
Vivek Mital	Diretor Administrativo, Millennium Resource Strategies
Vivek Shinde Patil	Gerente Sênior, Aplicações Técnicas, PerkinElmer
Vladimir Maodus	Diretor Executivo, CEE Investment Banking
Wendy De La Harpe	Produtora da Conferência, African Utility Week
Zahed Sibda	Diretor Administrativo, Fieldstone Africa



Equipe Africa GreenCo

Ana Hajduka	Fundadora e CEO
Cathy Oxby	Diretora Comercial
Lovemore Chilimanzi	Diretor Técnico
Penny Herbst	Diretora Não-Executiva
Tantra Thakur	Membro do Conselho Consultor
Philippe Niyongambo	Membro do Conselho Consultor
Rt Hon Andrew Mitchell MP	Membro do Conselho Consultor

Na próxima página são encontradas breves biografias da equipe.

A Africa GreenCo, na sua forma atual, é uma empresa sem fins lucrativos do Reino Unido, limitada por garantia, que foi estabelecida com o único propósito desenvolver o conceito da AGC até o seu estágio pré-implementação. A entidade britânica é inteiramente separada da entidade operacional AGC discutida no Estudo de Viabilidade. Esta será uma entidade baseada na África, com incorporação sujeita à aceitação política e da comunidade internacional.

Consultores

Financeira: Lions Head Global Partners

A Lions Head é uma firma de consultoria financeira especializada baseada em Londres e Nairóbi, com experiência em projetar e estruturar plataformas de financiamento inovadoras, especialmente para o setor energético (Africa50, AREF, GIIF, TCIFF).

Agradecimento especial: **Harry Guinness**.

Legal: Shearman & Sterling LLP

A Sherman and Sterling é uma firma líder em financiamento de projetos internacionais e direito corporativo e comercial, ativa na África há mais de 50 anos.

Agradecimento especial **Monica Lamb**

Técnica: PPA Energy

A equipe da PPA Energy é formada por ex líderes de serviços de utilidade pública da SADC e está envolvida no estabelecimento e operações da SAPP (governança, regulamentações, restrições técnicas, questões comerciais, negociações, etc).

Agradecimento especial: **Lovemore Chilimanzi**

Regulamentação e Governança: GP3 Institute

O GP3 Institute é uma rede global de consultores em governança, desenvolvimento, direito e operação de programas. O instituto oferece pesquisa e consultoria para iniciativas público-privadas compostas por Estados, unidades subnacionais, instituições financeiras e de desenvolvimento multilateral e participantes do setor privado, incluindo organizações com e sem fins lucrativos.

Agradecimento especial: **Tim Nielander** e **Ben Kioko**

Aquisição: Rene Meyer (Especialista Sênior em Aquisições e Políticas de Energias Renováveis)

Gerenciamento de Risco: Strategia Worldwide

A Strategia Worldwide usa uma metodologia de planejamento estratégico para proteger companhias do risco em ambientes complexos, voláteis ou incertos e aplica uma abordagem abrangente ao gerenciamento de risco corporativo, utilizando sua experiência de estratégia de implementação em ambientes perigosos e difíceis e o conhecimento em política, desenvolvimento, segurança e comércio de sua experiente equipe sênior.

Agradecimento especial **Iain Pickard**



Equipe Africa GreenCo



Ana Hajduka
Fundadora e Diretora-Presidente

Ana é qualificada como advogada na Inglaterra, no País de Gales e no Estado de Nova York, e é uma profissional em energia e infraestrutura com mais de 12 anos de experiência em uma variedade de transações, incluindo finanças de projeto, parcerias público-privadas e desenvolvimento de projeto, tendo trabalhado em projetos de energia e infraestrutura em mercados emergentes.

Ana estagiou na Allen & Overy LLP e trabalhou na Fulbright & Jaworski LLP e na Trinity International LLP, prestando consultoria em uma gama diversificada de projetos no setor energético, predominantemente na África Subsaariana. Em março de 2015, Ana foi nomeada pela UNECE como a Líder de Equipe responsável por uma Equipe de Projeto (com cerca de 30 especialistas) a cargo de desenvolver padrões para PPPs internacionais em energia renovável como parte da agenda Energia Sustentável para Todos.



Cathy Oxbly
Diretora Comercial

Cathy tem mais de 14 anos de experiência profissional nos setores de infraestrutura e energia renovável, tanto como consultora quanto como investidora. Ela estagiou na Allen & Overy LLP, onde trabalhou em uma gama diversificada de transações de financiamento de projetos em energia e infraestrutura, antes de seguir para uma função comercial no Fundo de Infraestrutura do HSBC (que se tornou a InfraRed Capital Partners).

Depois de 6 anos de estruturação e negociação de investimentos em uma variedade de parcerias público-privadas e projetos de energia renovável, ela estabeleceu sua própria consultoria para ajudar desenvolvedores, investidores e empresas de projeto a oferecer investimentos bem estruturados e bem administrados, auxiliando-os em todas as etapas de desenvolvimento do projeto, implementação e operação. Ela também atuou como consultora para o Banco Mundial.



Lovemore Chilimanzi
Diretor Técnico

Lovemore é destacado para a Africa GreenCo pela PPA Energy/Ricardo como Diretor Técnico da Africa GreenCo. As habilidades centrais de Lovemore são gerenciamento estratégico de sistemas de energia, operações e comércio de eletricidade, tendo trabalhado nessa área por mais de 30 anos. Ele operou usinas hidrelétricas e termais e redes de transmissão e negociou, implementou e gerenciou inúmeros acordos de compra de energia. É membro fundador do SAPP - Southern African Power Pool [Grupo de Energia da África Austral] e foi fundamental na formulação, implementação, monitoramento e revisão dos critérios de controle de desempenho do SAPP e das regras de comércio regional do SAPP que permitiram a criação de um mercado de energia competitivo na região do Sul da África. Lovemore é formado em Engenharia Elétrica no Northern Technical College na Zâmbia, com diploma de pós-graduação em estudos de administração e um MBA do Buckingham Chilterns University College no Reino Unido. Ele deu aula de Gerenciamento de Risco em serviços de energia para executivos de serviços públicos e seguros, e de gerenciamento de operações e recursos humanos em um programa de MBA por mais de nove anos. É um membro sênior do South African Institute of Electrical Engineers (SAIEE).



Penny Herbst
Diretora Não-Executiva

Penny Herbst tem mais de 30 anos de experiência em um ambiente de serviços de utilidade pública. A maior parte desse tempo no Departamento de Tesouro da Eskom, onde foi exposta a um conjunto de estruturas financeiras, comerciais e legais que surgiram das operações da empresa. Entre outros, ela gerenciou o risco internacional e de taxa de juros da Eskom, investimentos de mercado em dinheiro e capital, transações financeiras, e a estruturação de projetos para mitigar riscos associados a projetos na África. Ela conduziu a formação da unidade de Desenvolvimento Financeiro da Eskom, onde, no papel de Gerente de Desenvolvimento Financeiro, foi essencial em levantar mais de US\$ 6 bilhões de bancos de fomento e instituições relacionadas. Isso incluiu o financiamento para os primeiros projetos de energia renovável da Eskom, onde ela passou algum tempo na Unidade de Renováveis da Eskom, trabalhando para aproximar financiamento e implementação.



The Rt Hon Andrew Mitchell
Membro do Conselho Consultor

O Exm.o Sr. Andrew Mitchell é deputado no Reino Unido pelo distrito de Sutton Coldfield desde 2001. Depois da Eleição Geral de maio de 2005, tornou-se Secretário Paralelo de Estado para Desenvolvimento Internacional. Em seguida, tornou-se Secretário de Estado para Desenvolvimento Internacional de maio de 2010 a setembro de 2012 e Líder do Governo na Câmara de setembro a outubro de 2012. Em novembro de 2003 foi nomeado Ministro Paralelo para Assuntos Econômicos e a partir de setembro de 2004 foi o Ministro Paralelo de Segurança. Ele foi deputado pelo distrito de Gedling de 1987 a 1997, período no qual foi Líder do Governo e Ministro da Previdência. Ele também atuou como Vice-Presidente do Partido Conservador de 1992 a 93. Andrew foi educado na Rugby School e estudou História na Cambridge University. Foi eleito Presidente da Associação de Alunos de Cambridge em 1978. Serviu no exército (Royal Tank Regiment) e atuou como pacificador da ONU em Chipre antes de entrar para o Lazard, o banco de investimentos internacional.



Philippe Niyongambo
Membro do Conselho Consultor

O sr. Philippe NİYONGABO é um reconhecido especialista em energia no continente africano e além. Ele possui um mestrado em Gerenciamento de Engenharia da University of Lawrence, Kansas, EUA, e uma pós-graduação em Planejamento e Políticas Energéticas da University of Pennsylvania, Philadelphia, EUA. Ele também possui uma graduação em engenharia elétrica do ISIEEM, Mons, Bélgica.

De fevereiro de 2005 até outubro de 2015, ele foi o Chefe da Divisão de Energia dentro do Departamento de Infraestrutura e Energia da Comissão da União Africana. Durante esse período, desenvolveu programas-chave em energia, incluindo o Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura na África (PIDA – setor energético), a Instalação de Mitigação do Risco Geotérmico (GRMF) e o Programa Geotérmico Regional para os Países do Leste Africano, a mobilização de mais de 120 milhões de dólares (o GRMF alocou subsídios para 15 projetos, totalizando mais de 60 milhões de dólares); o estabelecimento de uma Parceria Energética África-EU, que é a mais bem-sucedida das oito parcerias que a Estratégia Conjunta África-EU lançou em 2007, a Agenda de Ações SE4ALL do Hub Africano e Prospectos de Investimento para países africanos e participação na elaboração das Iniciativas Renováveis da África, apoiada pelo G7 e adotada pela COP21 em Paris, França, em dezembro de 2015.



Tantra Thakur
Ex-Chefe da PTC India
Membro do Conselho Consultor

Ex-membro do prestigioso Serviço Civil da Índia, o Sr. Thakur tem mais de 40 anos de experiência em governo e companhias privadas e globais na Índia, no sul da Ásia e no sudeste asiático. Amplamente reconhecido como um profissional inovador por instalar e administrar empresas, ele é membro não-executivo do conselho de diversas companhias, incluindo a InfraCo Development Pte Ltd e a InfraCo Investment Pte Ltd, Cingapura. Foi consultor para a Fortum India, subsidiária da Fortum (Finlândia) e para o Essar Group de 2012 a 2014. Prestou serviços de consultoria para muitas outras companhias do setor energético na Índia. O sr. Thakur é membro do conselho administrativo da TERI University e da Faculdade de Serviços de Administração da Delhi University. Foi membro do Conselho Consultor da TERI por vários anos e membro do Comitê Financeiro da Jawahar Lal Nehru University.

Liderou a primeira companhia de comércio de eletricidade na Índia/Sul da Ásia como Conselheiro e Diretor Administrativo de 2000 a 2012. O patrimônio líquido da empresa subiu de Rs. 60 milhões para Rs. 24 bilhões durante a sua liderança e manteve a primeira posição no período. Ele conduziu a companhia na diversificação para serviços financeiros através da PTC India Financial Services Limited e copatrocinou a primeira Bolsa de Energia na Índia.

Foi delegado para a UNHCR para auditoria de desempenho em nome do Conselho de Auditores da ONU. Serviu como membro da Força-Tarefa do Primeiro Ministro para o desenvolvimento sócio-econômico de Jammu e Caxemira, na Índia.

Para mais informações, entre em contato com Ana Hajduka (CEO e fundadora da Africa GreenCo) em ana.hajduka@africagreenco.com ou +447789204363